

Preço ou apreço: o valor da paisagem

Price or appreciation: the value of the lanscape

Precio o apreciación: el valor del paisaje

VENÂNCIO, Aléxia Gabrielle

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia – Unifil,
alexiaIVENANCIO@outlook.com

PIVETTA, Joseane

Prof. Me. de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia – Unifil,
joseane.pivetta@unifil.br

RESUMO

Este artigo apresenta a análise dos conceitos que envolvem o parque urbano e a influência que ele exerce sobre a qualidade de vida da população e da cidade. Com o processo de urbanização, muitos municípios cresceram sem a preocupação necessária com as áreas de lazer como sendo um dos componentes principais para a formação da paisagem, ferramenta que desenvolve a melhora na qualidade de vida dos habitantes. O objetivo deste estudo é mostrar os benefícios gerados pela implantação de áreas verdes urbanas e o quanto a paisagem valoriza o seu entorno, mostrando o aumento da especulação imobiliária e a justificativa das pessoas estarem dispostas a pagar mais para estar próximo à estas áreas. O método se dá partir de pesquisa bibliográfica, entrevistas e estudo de caso. Espera-se contribuir para futuros estudos de urbanização a partir de áreas verdes, e entender o por que da paisagem precisar ter um valor para poder ser apreciada e não ser algo de direito de todos os habitantes do município igualmente.

PALAVRAS-CHAVES: Áreas verdes urbanas; Especulação imobiliária; Valor da paisagem; Parques urbanos.

ABSTRACT

This article presents the analysis of the concepts that surround the urban park and the influence that it exerts on the quality of life of the population and the city. With the urbanization process, many municipalities grew up without the necessary concern with the leisure areas as being one of the main components for the formation of the landscape, a tool that improves the quality of life of the inhabitants. The objective of this study is to show the benefits generated by the implantation of urban green areas and how much the landscape values its surroundings, showing the increase in real estate speculation and the justification of people being willing to pay more to be close to these areas. The method is based on bibliographic research, interviews and case study. It is hoped to contribute to future studies of urbanization from green areas, and to understand why the landscape needs to have value so that it can be appreciated and not be a right of all inhabitants of the municipality equally.

KEY WORD: Urban green areas; Real estate speculation; Landscape value; Urban parks.

RESUMEN

Este artículo presenta el análisis de los conceptos que involucran el parque urbano y la influencia que ejerce sobre la calidad de vida de la población y de la ciudad. Con el proceso de urbanización, muchos municipios crecieron sin la preocupación necesaria con las áreas de ocio como uno de los componentes principales para la formación del paisaje, herramienta que desarrolla la mejora en la calidad de vida de los habitantes. El objetivo de este estudio es mostrar los beneficios generados por la implantación de áreas verdes urbanas y cuánto el paisaje valora su entorno, mostrando el aumento de la especulación inmobiliaria y la justificación de las personas estar dispuestas

a pagar más para estar cerca de estas áreas. El método se da de investigación bibliográfica, entrevistas y estudio de caso. Se espera contribuir a futuros estudios de urbanización a partir de áreas verdes, y entender por qué el paisaje necesita tener un valor para poder ser apreciado y no ser algo de derecho de todos los habitantes del municipio igualmente.

PALABRAS CLAVE: Áreas verdes urbanas; Especulación inmobiliaria; Valor del paisaje; Parques urbanos.

1 INTRODUÇÃO

Os debates em relação do conceito de paisagem retrocedem o século XIX e é desenvolvido por várias áreas do conhecimento, se resumindo basicamente nas vertentes perceptíveis do espaço geográfico, ou seja, a forma como o ser humano enxerga o mundo. As paisagens possuem aspectos que se referem ao presente e ao passado que podem estar convivendo num mesmo espaço. Pode ser também formada por aspectos naturais (elementos da natureza) e aspectos culturais (aquela que sofre uma intervenção humana).

O termo paisagem é empregado muitas vezes para denominar o meio natural, associado a lagos, bosques, praias, serras e outros ambientes com grande relevância estética. A relação homem e paisagem “estabelece uma dependência do objeto em relação ao sujeito porque, definitivamente, é este quem determina, mediante seu próprio juízo, se o objeto possui ou não qualidade estética”. (BOULLÓN, 2002, p. 120)

O foco do conceito de paisagem a ser abordado neste artigo está nos espaços livres destinados ao lazer e recreação, estando estes acompanhados de áreas verdes. Segundo Tardin (2008, p. 44),

os espaços livres têm grandes probabilidades de transformação no processo de construção da paisagem. Conformam o componente mais flexível da estrutura do território, seja funcional ou espacialmente. São também os lugares mais frágeis e um dos mais promissores tendo em conta a possibilidade de reestruturação do território, já que podem assumir algumas importantes funções, por exemplo, como lugar dos ecossistemas, da percepção da paisagem e como possível lugar para o futuro da ocupação urbana.

Os espaços livres e seus entornos formam uma relação que sofre influências de modo mútuo. Um exemplo é o quanto as fontes hídricas estão presentes na formação de cidades. O início da urbanização, em sua grande maioria, ocorreu alicerçado em vilas que se formaram a redor de um recurso hídrico que fazia parte da paisagem local, e a partir desta retiravam seu sustento pois a água é um elemento essencial à agricultura.

Atualmente as cidades já constituídas se encontram próximas aos rios com o mesmo intuito de usufruir deste, mas também fazem uso de suas nascentes ou córregos para formar lagos, já que por lei esse



território deve ser protegido por se tratar de uma Área de Preservação Permanente (APP). Então o espaço é aproveitado e transformado em paisagens contemplativas ou destinadas à prática de esportes, por exemplo, criando naturezas urbanas.

Segundo Resende (2011, p. 01), “os estudos sobre o urbano devem contemplar os elementos de natureza material - economia/sociedade/técnica -, juntamente com os componentes imateriais, com destaque para o bem-estar humano.” Ou seja, projetos urbanísticos devem se abrir para todos os aspectos que percorrem o dia a dia da população, sem dar enfoque em apenas um deles, pois todos contribuem para a qualidade de vida desta.

Trazer paisagens verdes para dentro do ambiente urbano remete a paisagem rural, que possui maior paz e tranquilidade quando comparado a cidade urbanizada. A ideia de morar próximo a uma área verde é algo que agrada muitos habitantes. Estar perto de um parque urbano, um lago ou até mesmo uma praça, traz o sentimento de ar puro, do verde dentro de casa, de uma área de lazer próxima para fazer atividades facilmente.

Valorizar espaços públicos, principalmente os parques urbanos, está vinculado com a necessidade de ter um contato com áreas verdes e áreas de lazer. Isso implica em benefícios dentro de diversos aspectos como os paisagísticos, sociais, ambientais, psicológicos, estéticos e da saúde.

O presente trabalho tem como objetivo investigar a relação da implantação de parque urbano em áreas degradadas, com a valorização do seu entorno nos aspectos econômicos e do bem-estar de quem mora próximo à área e de quem faz uso da mesma, associado à questão da qualidade de vida e do meio ambiente.

Os objetos de pesquisas para a realização foram observação empírica, o mercado imobiliário do município, questionário aplicado a população e estudo de caso de cidades que sofreram uma intervenção urbana que afetou o mercado imobiliário, como os casos de Londrina – PR com o Lago Igapó II e Gleba Palhano, Curitiba – PR no Parque das Pedreiras e Abranches, e Goiânia – GO com o Parque Cascavel e Jardim Atlântico. Busca-se entender quais os motivos que levam a busca pela vista privilegiada voltada à paisagem, pela proximidade de áreas verdes e a facilidade de usufruir deste, com a prática de exercícios, a contemplação e o lazer, e o porquê de esta não ser um direito de toda a população igualmente.

Como resultado, o surgimento de novos parques públicos, em muitos casos, ao invés de representar maior democratização das oportunidades de lazer e recreação, tem contribuído para agravar os desequilíbrios na distribuição de bens e serviços que marcam as cidades brasileiras (REIS, 2001, p. 99).

2 RELAÇÃO DA URBANIZAÇÃO COM ESPAÇOS LIVRES

Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental. (CISOTTO E VITTE, 2010, p. 31)

Segundo Tardin (2008, p. 51), os espaços livres são elementos que participam na estrutura visual de um lugar e lhe outorgam características singulares, cuja manutenção favorece a diversidade visual local e significa valorizar algumas permanências depois de um longo processo de artificialização.

Espaços livres nas cidades atualmente são áreas que, muitas vezes, foram destinadas a algum equipamento de lazer implantado em meio a áreas verdes, precedendo parques ou praças, e dependendo do investimento que o município faz nesta categoria, pode ser um ambiente bem conservado que cumpre com sua função.

Dentro da categorização de espaços livres e áreas verdes, há o parque urbano, ambiente que surgiu como alternativa aos efeitos negativos de intensa urbanização, que busca encontrar o equilíbrio desta com o meio ambiente, definindo espaços, entornos e identidades.

Para Kliass (1996, p. 19), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente, cobertura vegetal, destinados a recreação. Segundo a autora, o acelerado crescimento da urbanização, a artificialidade do meio urbano e os impactos ambientais tem influenciado na vida urbana. Desta forma surge a necessidade de criar espaços livres no interior das cidades.

O direito ao lazer está na Constituição, inserido nos capítulos de Direitos Sociais, estando este, por sua vez, dentro do Título dos Direitos Fundamentais. O artigo 227, dispõe que é dever do Estado assegurar o lazer de forma coexistente com o esforço da família e sociedade, devendo dar execução e levar o lazer à prática por meio de providências concretas. O Estatuto da Cidade também consta no Art. 2º das Diretrizes Gerais que a política urbana deve garantir o lazer para as presentes e futuras gerações.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que todos os municípios deveriam contar com 3 árvores por morador e possuir no mínimo 12 m² de área verde pública por habitante, sendo que o ideal é de 36 m², resultado derivado do cálculo do índice de área verde. Ou seja, as necessidades de criação de parques e áreas verdes dentro de uma cidade deve ocorrer de forma igualitária, atendendo a toda a população. Essa questão é tão importante que possui alguns estudos que discutem a inclusão da paisagem pública no plano diretor dos municípios.

A implantação de um parque urbano em meio a cidade a transforma positivamente e modifica todo seu entorno, trazendo benefícios em diversos aspectos que influenciam diretamente na vida da população e no desempenho da cidade. Por esse motivo, nas últimas décadas, ambientes que são formados por espaços livres, que possuem potencial para serem modificados, ou são compostos do elemento água, estão sofrendo intervenções com o intuito de valorizar a área em questão, mostrar que há maior qualidade de vida naquele local, seja esta intervenção realizada pelo governo ou iniciativa privada.

A aplicação da intervenção paisagística em áreas degradadas disponíveis para implantação de parques urbanos é um recurso que para Tardin (2010, p. 173) reconhece os atributos e valores dessa paisagem como passíveis de preservação e desenvolvimento (...), numa relação mais que respeitosa de caráter sinérgico, em que artifício e natureza se interceptam e se auto influenciam, atuando a favor da integridade e diversidade paisagística. A autora ainda ressalta que as naturezas urbanas representam a interseção meio urbano e meio natural, e tendem a evitar a separação entre ambos.

3 QUANTO VALE A QUALIDADE DE VIDA?

Conforme Cisotto e Vitte (2010, p. 33), o discurso do lazer, qualidade ambiental e qualidade de vida, a natureza é ressignificada no espaço urbano e oferecida com valor de troca para aqueles que podem pagar para residir próximo de áreas verdes. Sob as relações capitalistas de produção, tudo se torna mercadoria. Para os autores a natureza pode ser comprada e vendida no espaço urbano, não a natureza em si, mas a proximidade dos “espaços verdes”, como parques, praças, áreas de lazer, etc.

De acordo com Moreira e Silva (2013, p. 226) a implantação ou manutenção de áreas verdes adquire significados mais abrangentes, pois passam a ter significados de conforto, segurança e harmonia para seus visitantes. A contemplação desses espaços adquire significados para quem os observa, uma vez que o cotidiano dos visitantes depende de sua relação e uso com os lugares frequentados.



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Em meio ao caos urbano da cidade, famílias com maior poder aquisitivo optam por morar em condomínios residenciais ou verticais que possuem sua própria área de lazer, o que muitas vezes não é uma opção para a classe média e baixa, que depende da infraestrutura do município para usufruir destas áreas.

No caso dos parques urbanos, no sentido de paisagem de espaços públicos, são produzidos para gerar conforto e bem-estar social. Eles surgem nas cidades com o intuito de agregar características de paisagem rural dentro do espaço urbano, pois os elementos predominantes no campo representam paz, tranquilidade e uma volta às origens de integração com a natureza. (MOREIRA; SILVA, 2013, p. 222)

No processo de urbanização de regiões mais afastadas do centro da cidade, projetos de loteamento muitas vezes possuem uma área destinada à implantação de uma praça ou um parque de menor porte. Porém estes locais acabam não recebendo a mesma atenção e a mesma infraestrutura do que as áreas verdes que se localizam em áreas centrais ou mais nobres.

Segundo Resende (2011, p. 03), para se ter ideia do que isso representa para a cidade e sua gente, basta estabelecer uma conversa informal com a maior parte dos moradores da cidade para constatar que, no imaginário da população local, “parques urbanos”, “áreas verdes” e “qualidade de vida” são ideias que andam juntas.

Ter parques urbanos dentro de um município traz muitas virtudes, além dos interesses de ordem econômica e política em suas construções, por conta da representatividade governamental de quem os constrói e da valorização do solo urbano em seu entorno. Neste contexto, há uma forte relação entre a qualidade de vida e a estética da cidade a partir dos parques urbanos, não deixando de lado o interesse econômico nessas construções, que impulsionam a especulação imobiliária e o comércio ao seu redor.

Conforme Moreira e Silva (2013, p. 223) os parques implantados em determinadas regiões, supervalorizam as construções do entorno e transformam essas áreas em mercadoria de consumo. Indivíduos de classe social mais elevada compram a imagem de qualidade de vida, e passam a viver com o ideal de “cidade sustentavelmente equilibrada”.

Em entrevista realizada com o corretor imobiliário Fernando Souza, de Londrina (em 27 de março de 2019), foi pesquisado o valor que se é pago para residir próximo ao Lago Igapó II, comparando com residências que não possuem uma vista (Figura 1) ou localização privilegiada. A porcentagem de diferença entre os preços dos apartamentos de mesmo padrão chega a ser de 100% a mais, e mesmo



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE
POSITIVO

assim a procura por essas moradias ainda é alta, mostrando que as pessoas realmente optam por estar próximo de uma área verde com infraestrutura voltada para o lazer e a contemplação, e vista para o lago.

Figura 1: Vista para o Lago Igapó II a partir de um edifício da Gleba Palhano



Fonte: Imobiliária Raul Fugêncio Lopes, 2018.

Segundo Souza (1994, p. 57) vale a pena lembrar que a renda do solo urbano não advém apenas de construções e benfeitorias, mas especialmente de sua localização, já que construções e infraestrutura da mesma natureza, quando feitas em locais diferentes em termos de valorização urbana, possuem preços distintos. A localização, enquanto valor de uso e valor de troca, é um elemento advindo do trabalho humano e de suas relações sociais, com destaca Villaça (1998, p. 330).

Isolando os últimos remanescentes de vegetação e utilizando-se de um “capitalismo verde” para lucrar com o empreendimento. Temos o já conhecido marketing verde, e a divulgação da necessidade do contato com a natureza para uma melhora na qualidade de vida urbana, atualmente os incorporadores usam a crise ambiental urbana como argumento para a venda de lotes. Vários são os grupos agem modificando o espaço através de uma prática socioespacial promovendo a diferenciação inerente ao consumo do espaço urbano, identificado por meio da valorização e desvalorização do espaço. (SCARIM, 1998 *apud* CISOTO; VITTE, 2010, p. 32)

4 ANÁLISE DE CASOS DE INTERVENÇÃO

Dentro deste tópico estaremos analisando e comparando o quanto a implantação de um parque urbano modificou seu entorno nos aspectos de qualidade de vida e econômicos. A pesquisa aborda as seguintes áreas verdes: Lago Igapó II, Parque Cascavel e Parque das Pedreiras.

Em Londrina, posteriormente a revitalização da orla do Lago Igapó II ocorrida em 1996, houve uma maior valorização do seu entorno (Figura 2), principalmente após o loteamento e a verticalização do bairro da Gleba Palhano, localizado na região Sul da cidade.

A partir de uma entrevista realizada com usuários do lago foi constatado que boa parte destes não moram nas proximidades e mesmo assim usufruem diariamente do espaço. A parcela dos entrevistados que moram no entorno, afirma que estar próximo ao Igapó ajuda e influencia na prática de exercícios na pista de caminhada que ali se encontra, além de afirmarem que há maior qualidade de vida na redondeza.

Figura 2: Lago Igapó II e seu entorno em Londrina – PR.



Fonte: Vieira, 2015.

O Lago Igapó II (figura 3) se tornou um significativo ponto turístico local, atraindo pessoas que visitam a cidade, e conseqüentemente se tornou um cartão postal. Além da pista de caminhada, há também o espaço do Aterro, que conta com um amplo gramado disponível para atividades ao ar livre, e que também recebe eventos durante os finais de semana.

Figura 3: Lago Igapó II em Londrina – PR.



Fonte: Vieira, 2017.

No caso de Goiânia, o entorno do Parque Cascavel (Figura 4), localizado no Jardim Atlântico, sofreu especulação imobiliária e verticalização nos últimos anos, causando conseqüentemente um adensamento populacional. Segundo Resende (2011, p. 07), a região que no passado estava associada a problemas sociais, à carência de serviços urbanos, ao abandono e aos indicadores sociais depreciativos, apresenta-se hoje de forma requalificada, marcada por signos associados a status, qualidade de vida e prosperidade.

Figura 4: Entorno do Parque Cascavel em Goiânia – GO.



Fonte: Site Curta Mais, 2017.

O parque se localiza próximo a diversos equipamentos urbanos, como shoppings, uma faculdade, empreendimentos e supermercados, o que ajuda a aumentar a especulação imobiliária no local, atraindo investimentos para um público que possui alto poder aquisitivo.

O território que antigamente estava ligado à carência de serviços urbanos, ao abandono, a problemas sociais e aos indicadores sociais depreciativos, se encontra atualmente de forma requalificada (Figura 5), marcada por uma simbologia que se associa a prosperidade, status e qualidade de vida.

Grande parte dos parques que possuem maior infraestrutura estão localizados em regiões nobres da capital, mostrando que os parques urbanos não estão presentes em todas as regiões de Goiânia. Isso acaba dificultando a acessibilidade de comunidades que se encontra mais isoladas, as quais precisam se locomover para usufruir do lazer destas áreas verdes.

Figura 5: Parque Cascavel em Goiânia – GO.



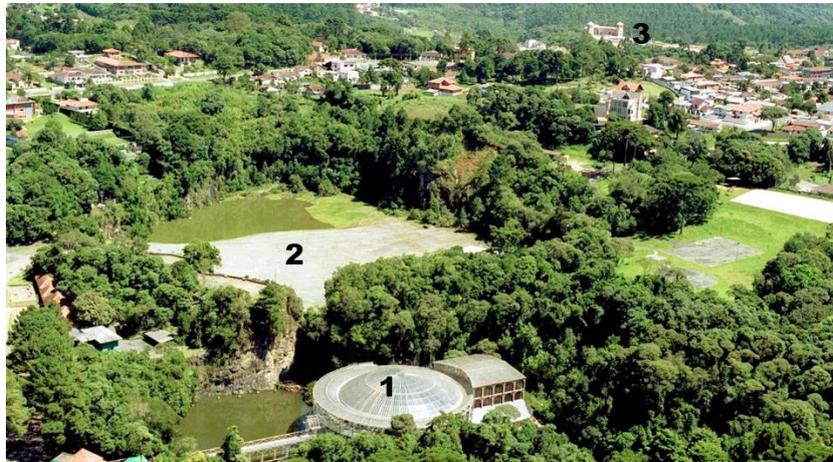
Fonte: Albuquerque, 2015.

A partir da análise realizada por Moreira e Silva (2013, p. 234) foi constatado que a população, embora tenha ciência da supervalorização das áreas que estão no entorno dos parques, não consideram isso um fenômeno negativo. Ao contrário, muitos acreditam que é um fator capaz de agregar mais valor à capital, no sentido de trazer investimentos e proporcionar melhor qualidade de vida a comunidade local.

Em Curitiba, a intervenção no Complexo das Pedreiras, localizado no bairro Abranches, trouxe grandes transformações sociais, espaciais e econômicas para a região do entorno, como a valorização imobiliária e a mudança na forma de ocupação do espaço. Local que antes da revitalização era alvo constante de reclamações dos moradores, foi transformada em um território de grande interesse por parte dos agentes imobiliários em virtude da sua proximidade com o centro da capital e fartas áreas verdes, causando um processo de gentrificação, onde a população de baixa renda que ali residia antigamente, composta por funcionários da antiga pedreira, foi substituída pela população de classe média e alta.

A antiga Pedreira Municipal foi desativada em 1989, por conta da quantidade de pessoas que ainda residiam nas proximidades e os riscos que as explosões traziam a esta população e a quem transitava por ali. Em 1979 ela já havia sido inserida na listagem de sítios de valor histórico, então poucos anos após sua desativação, em 1992, o complexo composto pela Pedreira Paulo Leminski e a Ópera de Arame já estavam em funcionamento.

Figura 6: Parque das Pedreiras em Curitiba – PR.



1. Ópera de Arame; 2. Pedreira Paulo Leminski; 3. Parque Tanguá.

Fonte: Pesuschi, 2015, modificada pela autora, 2019.

De acordo com Menezes (1996, p. 32), em Curitiba, a implantação dos parques urbanos tem atendido a causas variadas, especialmente aquelas ligadas às necessidades ambientais e ecológicas, mas também tem se apresentado como alternativa de lazer e como atrativo turístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que as áreas verdes realmente possuem grande influência na qualidade de vida da população, mesmo que isso passe despercebido, pois acabam interferindo na saúde, questões ambientais, estéticas e nos aspectos sociais e psicológicos.

A partir das pesquisas realizadas comprovou-se que a implantação de parques urbanos transforma a área em que foi instaurado e a vida das pessoas que ali moram. Porém estabelecer um valor ao entorno dessas áreas traz um questionamento de que sendo o parque urbano um espaço público, por que morar próximo a este local, ter uma vista privilegiada para a área verde não é um direito igual para todos os habitantes da cidade?

O investimento realizado em um parque em área nobre deveria ser o mesmo que o localizado em bairros mais afastados, pois a qualidade de vida fornecida para uma parte da população deve ser a mesma que a dada a outra parte, independente da classe social a qual pertence.

Independentemente de ser uma lei ou não, todos os municípios deveriam fornecer, de forma igualitária, um espaço de lazer verde como um parque para seus habitantes. Investir não apenas nos locais que vão trazer retorno financeiro, mas também nos demais bairros, gerando o aumento na

qualidade de vida, o que conseqüentemente aumenta a expectativa de vida, melhora das relações intersociais, e um dos itens mais importantes que é a questão ambiental. A infraestrutura verde deve ser mais trabalhada nos municípios para que não aja um aumento na desigualdade social além do que já existe atualmente.

6 REFERÊNCIAS

- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. 1. ed. Bauru, SP. EDUSC. 2002.
- CISOTTO, Mariana Ferreira; VITTE, Antonio Carlos. *O consumo da natureza no novo padrão de ocupação urbana*. Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP. p. 26-39. 2010.
- KLIASS, Rosa Grená. *Parques urbanos de São Paulo*. 1. ed. São Paulo, SP. Pini. 1993.
- MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. 1. ed. Campinas, SP. Papirus. 1996.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R.; SILVA, Clarinda Aparecida da. Paisagem e mídia: os parques urbanos do mercado turístico e imobiliário em Goiânia – GO. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, MG. p. 220-235. 2013.
- REIS, Rodrigo Siqueira. *Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: uma abordagem sócio-ecológica da percepção dos usuários*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2001.
- RESENDE, Ubiratan Pereira de. *Qualidade de vida, meio ambiente urbano e especulação imobiliária: um estudo sobre a implantação do Parque Cascavel, na região sul de Goiânia*. Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade. Goiânia, GO. 2011.
- SOUZA, Maria A. Aparecida de. *A identidade da metrópole*. 1. ed. São Paulo, SP. EDUSP e Hucitec. 1994.
- TARDIN, Raquel. *Espaços livres: sistema e projeto territorial*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ. 7letras. 2008.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 1. ed. São Paulo, SP. Studio Nobel. 1998.